

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 276 p.

JULIANA MESOMO

Em 2010, Brasília completa 50 anos de existência, de acordo com o calendário oficial, que data como sua inauguração o dia 21 de abril de 1960. Ainda hoje, as imagens evocadas para contar a história da capital são os grandes estandartes relacionados ao desenvolvimento, ao lado das bandeiras de integração nacional, democratização e modernização do Brasil. As personalidades primeiramente lembradas são os “grandes homens”, que encarnam, até hoje, o sentimento de vanguarda e pioneirismo que deram sentido à obra: o presidente Juscelino Kubitschek, o urbanista Lúcio Costa, o arquiteto Oscar Niemeyer. As características mais emblemáticas na descrição da cidade são a grandeza das suas construções, a arquitetura modernista, o feito de uma grande Capital ter sido erguida em meio ao árido cerrado, no centro do território nacional. No entanto, Brasília possui uma história prévia a sua inauguração, que conta sobre um país excluído dessas projeções ufanistas: o país das desigualdades regionais, do Estado repressor, da hierarquia social, da superexploração do trabalho.

Encarando os registros históricos sobre a construção da Capital Federal em termos de uma ideologia dos grupos dominantes (política e economicamente envolvidos, inclusive, na própria empreitada), Gustavo Lins Ribeiro (2008a) interpela, no livro “O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília”, sobre a história de uma

população anônima, identificada na História pelo termo “trabalhadores”. Esta população que, no processo de construção da capital, foi numericamente a mais representativa, mas que, sem embargo, acabou excluída das grandes narrativas. Originalmente escrito como tese de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, a etnografia é agora publicada no Brasil – depois de tê-lo sido na Argentina e de já ser tradicional referência no estudo de “grandes projetos” – no marco das comemorações do aniversário de Brasília. A publicação parece demonstrar certa preocupação contemporânea em indagar-se sobre as múltiplas facetas da história do Brasil, já que se trata de um estudo que “se afasta do ponto de vista dos poderosos, dos políticos, dos arquitetos, dos engenheiros e dos administradores, e se baseia na experiência cotidiana de milhares de trabalhadores migrantes, anônimos, que construíram a cidade a tempo de ser inaugurada em 21 de abril de 1960” (Ribeiro, 2008a, p. 13). O autor se propõe a registrar uma versão dos fatos diferente daquela expressa na matriz discursiva corrente sobre a construção de Brasília, “mais além da mitologia que a recobriu” (Op. cit., p. 31).

Em sua pesquisa, o autor cruza historiografia e antropologia de modo a transcender as duas no resultado final, pois a análise histórica e o estudo etnográfico se mostram necessariamente implicados um ao outro, ao longo

do trabalho. Os interesses de pesquisa de Lins Ribeiro, corporificados nesta etnografia sobre a construção da Brasília, expressam ainda um modo específico de fazer etnografia – situado tanto historicamente quanto na tradição da disciplina de forma mais ampla. Na época em que foi escrita a obra, década de 1980, o contexto da produção acadêmica no Brasil, inclusive em Antropologia, esteve marcado por preocupações que incluíam “desvelar as causas das desigualdades sociais e buscar os caminhos para superá-las, visando a contribuir para uma nação mais justa” (Ribeiro, 2008b), no sentido de uma análise crítica da ideologia dominante. Tais discursos atraíram os esforços de análise do campo intelectual, pois se tinha a compreensão de que estes “encobriam a realidade” (Op. cit.), impedindo a tomada de consciência sobre os processos sociais e econômicos que ocorriam no país. Guardadas as críticas já feitas a esse tipo de visão teórica já bastante discutida, esse posicionamento epistemológico, em conjunto com uma perspectiva etnográfica, produziu importantes resultados, uma vez que dar voz aos “verdadeiros sujeitos da história” era também tomar a palavra desses grupos considerados subalternos como dado legítimo de pesquisa, e não como distorções dos registros históricos (e teorias sociológicas) existentes. Dessa forma, para a construção do modelo de análise ao longo de sua etnografia, Lins Ribeiro lança mão das perspectivas e falas dos diferentes sujeitos e agentes sociais envolvidos: o material etnográfico incorpora entrevistas com trabalhadores, além de reportagens de periódicos da época, informações oficiais do governo, censos populacionais, fotografias, etc.¹.

Ainda sob o viés de crítica social, característica da época e da produção intelectual do autor, ao buscar trazer à tona “vozes silenciadas pela dominação” (Ribeiro, 2008a), Lins Ribeiro procura também desvelar os mecanismos pelos quais se efetua (e se intensifica), em uma

grande obra civil, como foi a de Brasília, a exploração da força de trabalho – relacionada à expansão do sistema capitalista, em diversos aspectos (econômicos, políticos, ideológicos). A partir da análise dos diferentes âmbitos, distribuídos ao longo dos seis capítulos, envolvidos na execução de uma grande obra – e, particularmente, a partir da experiência dos trabalhadores –, o autor revisita, através da etnografia, os postulados marxianos sobre a exploração da força de trabalho no sistema capitalista. Lins Ribeiro busca nos grandes temas tratados no livro, minuciosamente articulados entre si, a lógica subjacente a esses dispositivos aos quais estavam submetidos os trabalhadores (tais como a moradia em acampamentos, as formas de pagamento, o regime de trabalho, os discursos legitimadores da obra, etc.): trata-se da “extração de sobretrabalho” (Op. cit.), justificada sob a temporariedade da obra (ditada pela urgente data de inauguração da nova Capital) e que conformou uma dinâmica de produção, tão intensa e incomum, que ficou conhecida pela expressão “ritmo Brasília”.

Na primeira parte do livro, o autor des-trincha o contexto político-social no qual foi possível a execução deste grande projeto de transposição da Capital Federal para o centro do País, assim como o estabelecimento de um quadro ideológico legitimador da necessidade de sua construção. Em um ambiente marcado pela ascensão de “forças nacionalistas”, representadas pela figura de Juscelino Kubitschek, em oposição a outros projetos do país ligados a interesses econômicos estrangeiros, Brasília torna-se a grande realização da nacionalidade brasileira, seguindo o projeto que fora dos colonizadores portugueses e dos bandeirantes ao “tomar posse efetiva do território nacional” (Op. cit.). Encadeada com os grandes fatos da História nacional, a construção de Brasília torna-se o grande emblema do processo de desenvolvimento, democratização e inte-

gração pelo qual o país supostamente passava, rumo a uma nova era na história do país, em que “as diferenças sociais seriam neutralizadas, homogeneizadas por meio de uma categoria comum e indistinta, a nacionalidade brasileira” (Op. cit., p. 42). Esses elementos do que o autor chama “Ideologia de grande projeto”, traduziam-se em uma aparência de igualitarismo no próprio canteiro de obras, onde todos, desde o Presidente até o servente, eram denominados “candangos” ou “pioneiros” e se tornavam, portanto, igualmente responsáveis por aquela grande empreitada. Seguindo a lógica de produção característica de um grande projeto, esse discurso ufanista criador de uma “democracia de fronteira” (Op. cit., p. 185) era um dos dispositivos que permitiam a intensificação da exploração da força de trabalho, já que era um incentivo e ao mesmo tempo uma forma de pressão sobre os trabalhadores – nas palavras de um trabalhador “éramos verdadeiros escravos, mas escravos de um ideal”. Outro elemento que possibilitou o estabelecimento de um ritmo de trabalho que muitas vezes extrapolava os limites da legislação trabalhista, foi a “Ambigüidade jurídica” em que se encontrava o território da obra. Fora da jurisdição dos municípios, e ainda não sendo “Distrito Federal”, a única norma que vigorava naquelas terras era o objetivo de construir a cidade a tempo de ser inaugurada. Dizia-se que, na falta de uma definição jurídico-institucional, “a Justiça de Brasília era a NOVACAP” – empresa estatal criada para administrar os rumos da obra que possuía “poderes de Estado” na região (Op. cit.). O órgão mantinha inclusive uma guarda policial chamada Guarda Especial de Brasília (GEB) que exercia o controle sobre a população do território, mediando os conflitos entre trabalhadores e empresas, sempre de forma a cumprir os objetivos da obra, o que acabava redundando em uma maior exploração da força de trabalho.

No primeiro capítulo, o autor caracteriza a massa de trabalhadores que vivia entre os acampamentos e o esqueleto da futura Capital, assim como as formas de seleção e recrutamento de homens – informados pelas necessidades de produção de um grande projeto – que moldaram a composição do operariado. Do afluxo desgovernado de migrantes em busca de trabalho, flagelados fugidos da seca no nordeste, ou aventureiros de qualquer monta, “uma verdadeira torrente humana” segundo JK (Op. cit.), permaneceram apenas os jovens, sem problemas de saúde, sem família nem esposa e, de preferência, com alguma qualificação. A ausência de famílias tinha conseqüências na reprodução da força de trabalho, já que nessa condição o trabalhador encontrava-se subordinado quase todo o tempo à esfera da produção, inclusive nos momentos de lazer, alimentação, descanso, etc. Além disso, as famílias seriam um obstáculo aos objetivos de não-fixação da população que chegava aos milhares no território da construção. Já no segundo capítulo, a forma de moradia “acampamento”, utilizada em grandes projetos, é analisada à luz de sua instrumentalidade para a imobilização da força de trabalho (ou seja, manter os operários no território da construção) e para a manutenção das formas de exploração inusitadas. Por meio de uma pequena “arqueologia” dos acampamentos – muitos já haviam sido destruídos – o autor conclui que a organização espacial reflete uma série de especificidades de uma grande obra, assim como as diferenciações internas entre a população do território. As necessidades da esfera de produção passavam a determinar vários aspectos da vida, a exemplo das atividades de lazer (cinemas, bares, clubes, futebol) que se realizavam todas dentro do acampamento, e o autor faz uma análise comparativa entre essa forma de moradia e o conceito de “instituições totais” de Erwin Goffman – no sentido de que são “instituições estabelecidas com a intenção de realizar

de modo mais adequado uma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais” (Op. cit., p. 145).

No terceiro capítulo, o autor discorre mais detidamente sobre o célebre ritmo de trabalho implantado na construção da nova Capital e os elementos que possibilitaram seu estabelecimento – sempre preocupado em perceber os processos pelos quais tais fenômenos sociais ocorriam, e não apenas com sua descrição. Dentre esses elementos, contribuíram para a intensificação da exploração do trabalho, o interesse no lucro por parte das empreiteiras contratadas, o “fetichismo” dos altos salários que faziam os trabalhadores “desejarem” trabalhar mais, o volume de trabalho a ser realizado e um universo cotidiano totalmente dominado pela produção (Op. cit.). Nas palavras de um operário, trabalhava-se “dia e noite, ninguém dormia”. Esse ritmo contínuo e constante era possível devido à superposição de jornadas, à normalização das horas extras e ao uso de mecanismos como as “tarefas” (em que o trabalhador era pago em horas, embora a tarefa pudesse ser executada em menos tempo) que transformavam o tempo livre do operário em horas trabalhadas. Além disso, o desrespeito à legislação trabalhista e a repressão à atividade política – sempre sob a justificativa comum do cumprimento da data de inauguração – foram práticas correntes que ajudaram a estabelecer tal dinâmica produtiva. No capítulo quatro, são descritos e analisados os conflitos ocorridos no território da obra, os quais representavam a exacerbação de tensões presentes nas relações entre trabalhadores e empresas: protestos e reivindicações acerca das más condições na oferta de lazer, habitação e alimentação para a população do território. Alguns desses conflitos terminavam em demonstrações de violência por parte da guarda policial, que muitas vezes resultavam em acontecimentos trágicos. Em torno desses

acontecimentos, o autor demonstra cuidadosamente as formas pelas quais as versões dos trabalhadores sobre os fatos são neutralizadas e desqualificadas mediante os registros oficiais sobre a história do acampamento na época da construção.

Na conclusão, Lins Ribeiro aponta para a recorrência do tipo de organização social observada no caso de Brasília em outras grandes obras pelo mundo (como a construção do Canal do Panamá, a hidrelétrica de Tucuruí na Amazônia brasileira e a hidrelétrica binacional de Yaciretá), e cunha o conceito analítico de “grande projeto” para abarcar essa “totalidade” que compartilha as características levantadas na pesquisa (Op. cit.). A proposição de que tal forma de produção, vinculada à expansão do sistema econômico, se tornara um modelo recorrente em grandes projetos de infra-estrutura acabou pautando a trajetória intelectual de Lins Ribeiro. Interessado na lógica econômica expansionista subjacente a estes tipos de empreendimentos, o pesquisador foi à fronteira entre Argentina e Paraguai investigar a construção da hidrelétrica de Yaciretá. A partir desta experiência, suas preocupações se desdobraram em outras tantas, como identidades e transnacionalismo, desenvolvimento e globalização, circulação de mercadorias e migrações, permanecendo o interesse em destrinchar os processos por trás da expansão do capitalismo. “O Capital da Esperança” pode ser interpretado como o trabalho inaugural de Lins Ribeiro, sobre o qual iriam refletir-se suas inquietações e itinerários de pesquisa ao longo de sua trajetória: um marco, tal qual a inauguração de Brasília, que materializa em resultados concretos os anseios de um jovem antropólogo interessado na construção de uma Antropologia engajada na compreensão crítica da realidade social, ao mesmo tempo em que estabelece a forma de atuar do investigador, apontando outros olhares a partir deste lugar original.

Mais do que deslindar as formas de exploração do trabalho que se materializaram de forma extraordinária na construção de Brasília, o autor alcança traduzir essa dinâmica na reconstrução da atmosfera do grande canteiro de obras que era o território antes da inauguração da Capital, na personificação e humanização da massa de trabalhadores, na voz desses sujeitos e na descrição de seu cotidiano submetido quase totalmente ao ritmo de produção. Se, em alguns momentos, possa transparecer uma determinação superlativa da lógica de exploração máxima do trabalho sobre a organização da vida dos trabalhadores, presente até nos cinemas e jogos de futebol, o livro, ainda assim, logra mostrar as especificidades referentes ao “grande projeto”. Ao estabelecer relações de fenômenos de alcance global com tais casos, emergem, exacerbadas, as lógicas que balizam as formas pelas quais se estruturam as interações sociais e relações de trabalho no contexto do modo de produção capitalista contemporâneo. Sua preocupação com o desenvolvimento econômico, “sempre demandou uma compreensão global dos processos” (Ribeiro, 2008b) e tal característica já transparece neste que foi o

primeiro trabalho de Lins Ribeiro. O autor empenha-se de forma a captar tanto as especificidades do caso quanto os traços constitutivos de um modo de produção que o permitiriam analisar Brasília em uma perspectiva comparada, assim como ligá-la aos movimentos globais do desenvolvimento capitalista.

Notas

1. Por esse precioso trabalho de reconstrução histórica, a partir do resgate de narrativas que até então não constavam nas produções sobre o tema, esta obra tem também grandes contribuições para a historiografia sobre Brasília.

Referências bibliográficas

- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008a.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Do nacional ao global. Uma trajetória (Memorial). *Série Antropologia*, v. 422. Brasília: DAN/UnB, 2008b.

autora **Juliana Mesomo**
Graduanda em Pedagogia / UFRGS

Recebida em 18/02/2010

Aceita para publicação em 20/09/2010